

ATA NÚMERO 190/XII/2.^a SL

Aos 26 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 187 e 188, referentes às reuniões de 18 e 19 de junho, respetivamente.
2. Apreciação e votação do relatório final à Conta Geral do Estado (2011).
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.^a (GOV) -
Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas.
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) -
Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.^a (GOV) -
Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.
6. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 138/XII/2.^a (GOV) - Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 148/XII/2.^a (GOV) – Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento.
8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 151/XII/2.^a (GOV) - Proceder à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
9. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 150/XII/2.^a (GOV) - Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro.
10. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 152/XII/2.^a (GOV) - Completa a transposição da Diretiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de junho, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados-Membros diferentes, e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442 -B/88, de 30 de novembro.
11. Distribuição do Projeto de Lei n.º 425/XII/2.^a (PCP) - Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
12. Apreciação dos relatórios das audiências concedida a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP e à AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.
13. Informação sobre o Europa-Fórum de Wachau e o Seminário Parlamentar de Alto Nível da OCDE.
14. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.º 187 e 188, referentes às reuniões de 18 e 19 de junho, respetivamente.

As [atas n.º 187 e 188](#), referentes às reuniões de 18 e 19 de junho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

2. Apreciação e votação do relatório final à Conta Geral do Estado (2011).

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o projeto de relatório final à [Conta Geral do Estado \(2011\)](#), tendo intervindo, em sede de debate, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), após o que, com a correção de um lapso na redação do relatório, foi o mesmo submetido a votação e aprovado com os votos favoráveis de PS e BE e a abstenção de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do PCP.

**3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.ª (GOV) –
Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o
regime fiscal específico das sociedades desportivas.**

O Senhor Deputado João Galamba (PS), coordenador do [Grupo de Trabalho – Regime Fiscal das Sociedades Desportivas](#), deu conta dos trabalhos desenvolvidos e das audições efetuadas, bem como da preparação das propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 119/XII/2.ª \(GOV\)](#). Intervieram, em sede de debate, os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE) e Honório Novo (PCP), tendo sido acordado efetuar uma reunião extraordinária na sexta-feira seguinte para apreciação e votação na especialidade, com vista à votação final global na sessão plenária desse mesmo dia. O Senhor Presidente da Comissão recordou não ser um bom princípio as votações na especialidade e final global, salvaguardando situações de grande exceção.

**4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) -
Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.**

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada, a pedido do Grupo Parlamentar do PSD, tendo ficado, em definitivo, agendada para a reunião de 3 de julho.

**5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.ª (GOV) -
Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações,
suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades**

públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.

Após a apresentação das propostas de alteração, pelos Grupos Parlamentares, à [Proposta de Lei n.º 145/XII/2.ª \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, Relatório de Votações e Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

- 6. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 138/XII/2.ª (GOV) – Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.**

A redação final da [Proposta de Lei n.º 138/XII/2.ª \(GOV\)](#) foi fixada por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, verificando-se a ausência do BE.

- 7. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 148/XII/2.ª (GOV) – Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento.**

A redação final da [Proposta de Lei n.º 148/XII/2.ª \(GOV\)](#) foi fixada por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, verificando-se a ausência do BE.

- 8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.**

A redação final da [Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª \(GOV\)](#) foi fixada por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, com exceção da alteração proposta ao n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 172/94, de 25 de junho, constante do artigo 8.º do projeto de decreto, devendo repor-se a redação originária. Registou-se a ausência do BE.

- 9. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 150/XII/2.ª (GOV) – Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios**

concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro.

Não tendo sido sugeridas audições, foi fixado o dia 9 de julho, pelas 13h, como data limite para apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 150/XII/2.ª \(GOV\)](#), com vista à discussão e votação na especialidade na reunião de 10 de julho.

10. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 152/XII/2.ª (GOV) - Completa a transposição da Diretiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de junho, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados-Membros diferentes, e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442 -B/88, de 30 de novembro.

Não tendo sido sugeridas audições, foi fixado o dia 2 de julho, pelas 13h, como data limite para apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 152/XII/2.ª \(GOV\)](#), com vista à discussão e votação na especialidade na reunião de 3 de julho.

11. Distribuição do Projeto de Lei n.º 425/XII/2.ª (PCP) – Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Carlos Silva e Sousa (PSD) como autor do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 425/XII/2.ª \(PCP\)](#).

12. Apreciação dos relatórios das audiências concedida a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP e à AHRESP – Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

A apreciação das audiências foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

13. Informação sobre o Europa-Fórum de Wachau e o Seminário Parlamentar de Alto Nível da OCDE.

O Senhor Presidente deu conta da sua participação nas duas iniciativas internacionais suprarreferidas, na qualidade de Presidente da Comissão.

14. Outros assuntos

O Senhor Presidente colocou à consideração da comissão diversos agendamentos de audições com membros do Governo até ao final da sessão legislativa em curso, tendo havido consenso quanto ao agendamento da audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública para 9 ou 10 de julho, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.^a (GOV), bem como, na vaga restante das duas suprarreferidas, a audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras referente a 2012, apresentado nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei de execução orçamental do OE para 2013. Enfim, foi debatido o agendamento da audição regular, sobre execução orçamental, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, para 24 de julho.

A reunião foi encerrada pelas 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2013

O PRESIDENTE,

EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Mariana Aiveca
Michael Seufert
Nuno Serra
Ricardo Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis